



PLANO DE RECUPERAÇÃO
DOS RESERVATÓRIOS DE
REGULARIZAÇÃO DO PAÍS

WORKSHOP

FORTELECIMENTO DA GOVERNANÇA DA GESTÃO INTEGRADA DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR ELÉTRICO

APERFEIÇOAMENTO DE INSTRUMENTOS DE
GESTÃO, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO, POR
MEIO DE MINUTAS DE ATOS LEGAIS E INFRALEGAIS

15 DEZ

2025



SEGUNDA
14h00 às 17h00

ONLINE NO LINK



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

PROGRAMAÇÃO

O evento, parte do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Usinas Hidrelétricas (PRR), reunirá especialistas para discutir melhorias na governança dos reservatórios do SIN, visando coletar informações para aperfeiçoar instrumentos de gestão, governança e monitoramento, por meio de minutas de atos legais e infralegais.

14:00 às 14:15 - PAINEL DE ABERTURA

Participantes: Ministério de Minas e Energia (MME) e Consórcio FSET/FRACTAL.

Apresentação: Contextualização e etapas de desenvolvimento da Ação CP11 do PRR (MME)

14:15 às 15:45 - PAINEL TÉCNICO 1 – VISÃO DO MERCADO SOBRE OS MECANISMOS LEGAIS E INFRALEGAIS PARA FORTALECER A GESTÃO, A GOVERNANÇA E O MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS

Objetivos do painel: entender como o mercado enxerga sobreposições, lacunas e pontos de aprimoramento no arcabouço legal e infralegal vigente no que concerne gestão, governança e monitoramento de reservatórios.

Participantes: Jerson Kelman, Maurício Tolmasquim, Angela Livino, Marisete Dadald, Pedro Jatobá, José Vicente Miranda Rescigno.

Moderação: Fabiola Sena.

15:30 às 17:00 – PAINEL TÉCNICO 2 – VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE OS MECANISMOS LEGAIS E INFRALEGAIS PARA FORTALECER A GESTÃO, A GOVERNANÇA E O MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS

Objetivos do painel: entender como as instituições enxergam sobreposições, lacunas e pontos de aprimoramento no arcabouço legal e infralegal vigente no que concerne gestão, governança e monitoramento de reservatórios.

Participantes: ANA, ONS, MME, ANEEL, EPE E IBAMA.

Moderação: Cristiane Araújo.



QUESTÕES A SEREM ABORDADAS NOS PAINEIS TÉCNICOS

PAINEL TÉCNICO 1 - VISÃO DO MERCADO SOBRE OS MECANISMOS LEGAIS E INFRALEGAIS PARA FORTALECER A GESTÃO, A GOVERNANÇA E O MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS

Moderação: Fabiola Sena

Objetivos do painel: entender como o mercado enxerga sobreposições, lacunas e pontos de aprimoramento no arcabouço legal e infralegal vigente no que concerne gestão, governança e monitoramento de reservatórios.

Participantes: Jerson Kelman, Maurício Tolmasquim, Angela Livino, Marisete Dadald, Pedro Jatobá, Gilberto Canali.

Proposta de perguntas para guiar as discussões do painel:

Na avaliação de vocês, quais são hoje as principais zonas de sobreposição, lacuna ou conflito entre MME, MIDR, ANA, ANEEL, ONS e IBAMA no que diz respeito ao uso e à gestão de reservatórios? Que instrumentos poderiam reduzir essas fricções institucionais?

Considerando a experiência que vocês têm acompanhado – tanto pública quanto privada –, quais tipos de conflitos têm sido mais frequentes? Licenciamento ambiental, operação de reservatórios, condicionantes operativas, usos múltiplos, enquadramento legal? O que explica essa recorrência?

Vocês poderiam compartilhar casos que, na percepção de vocês, melhor ilustram falhas ou tensões entre normas, instituições e objetivos de política pública? Passados esses episódios, que mudanças estruturais vocês entendem como necessárias?

Quais são hoje as áreas que mais geram insegurança jurídica ou operacional para os agentes afetados? Esse risco decorre de normas imprecisas, de interpretações divergentes entre instituições ou de mecanismos de coordenação insuficientes?



QUESTÕES A SEREM ABORDADAS NOS PAINEIS TÉCNICOS

PAINEL TÉCNICO 2 - VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE OS MECANISMOS LEGAIS E INFRALEGAIS PARA FORTALECER A GESTÃO, A GOVERNANÇA E O MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS

Moderação: Cristiane Araújo

Objetivos do painel: entender como as instituições enxergam sobreposições, lacunas e pontos de aprimoramento no arcabouço legal e infralegal vigente no que concerne gestão, governança e monitoramento de reservatórios.

Participantes: ANA, ONS, MME, ANEEL, EPE E IBAMA.

Proposta de perguntas para guiar as discussões do painel:

Na percepção das instituições representadas, que revisões em leis, decretos ou atribuições formais seriam essenciais para dar mais clareza, previsibilidade e efetividade à gestão e governança dos reservatórios?

Como garantir maior alinhamento entre normas e procedimentos de ANA, IBAMA, ONS, ANEEL, MME e órgãos estaduais? Quais mecanismos poderiam assegurar coerência nos dados utilizados para decisões operativas, ambientais e regulatórias?

Quais instrumentos de governança – formais ou informais – poderiam ser reforçados para reduzir o risco de judicialização e evitar disputas recorrentes sobre o uso múltiplo e a operação dos reservatórios?

Houve casos ou experiências recentes que revelaram fragilidades no arcabouço atual? Que aprendizados deveriam servir de base para ajustes legais ou infralegais?

Quais questões poderiam ser solucionadas de forma relativamente célere por meio de resoluções, portarias, notas técnicas ou revisões procedimentais, sem necessidade de alteração legislativa?

Considerando capacidades, agendas e limites institucionais, quais prazos seriam realistas para uma pactuação interinstitucional sólida, que permita avançar na construção de um novo arcabouço?

Seria adequado propor resoluções conjuntas, comitês ou câmaras interinstitucionais, grupos de trabalho permanentes ou acordos de cooperação técnica para validação prévia de minutas? Como essas estruturas poderiam evitar assimetrias na formulação das normas?

